

# O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, Pará

## The Food Acquisition Programme in the Citizen Territory of Baixo Tocantins, Pará State, Brazil

Lucia Daiane Copetti<sup>a</sup>

Francinei Bentes Tavares<sup>b</sup>

Miqueias Calvi<sup>c</sup>

<sup>a</sup>Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Membro da Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos. Igarapé Miri, Pará. E-mail: [luciacopetti@yahoo.com.br](mailto:luciacopetti@yahoo.com.br)

<sup>b</sup>Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará. Abaetetuba, Pará. E-mail: [francinei@ufpa.br](mailto:francinei@ufpa.br)

<sup>c</sup>Professor Adjunto da Faculdade de Engenharia Florestal, Universidade Federal do Pará. Altamira, Pará. E-mail: [miqueiascalvi3@gmail.com](mailto:miqueiascalvi3@gmail.com)

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.25627>

Recebido em 10.05.2017

Aceito em 21.08.2017

ARTIGO - DOSSIÊ

### RESUMO

Este estudo faz parte de um projeto de extensão universitária intitulado "Monitoramento e avaliação de políticas públicas para gestão de territórios na Amazônia Paraense", desenvolvido no âmbito de uma ação mais ampla da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT / MDA), que constituiu, a partir de 2014, os chamados Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) visando assessorar os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs). O objetivo deste trabalho é realizar uma análise da experiência da política pública denominada Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de estudos de caso acerca da implementação desta política no Território do Baixo Tocantins na atualidade, no campo de atuação mais amplo da Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra (EGTPS), que visa ter um diagnóstico atual da situação das políticas de inclusão produtiva dos agricultores familiares em todo o país.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos, Territórios da Cidadania, Políticas públicas.



## ABSTRACT

*This study is part of a university extension project entitled "Monitoring and Evaluation of Public Policies for the Management of Territories in the Paraense Amazon Region", developed under an action of the Territorial Development Secretariat of the extinct Brazilian Ministry of Agrarian Development (SDT / MDA, in Portuguese). From 2014, the MDA created the Extension Units in Territorial Development (NEDETs) to advise the Coordination of Territorial Development (CODETERs). The present research aims at analyzing, from a public policy perspective, the experience the Food Acquisition Program (PAA), through a series of case studies focusing on the implementation of this policy in the Territory of Baixo Tocantins, in the field of Crop Plan Territorial Management Strategy. The strategy aims at mapping and evaluating the existing productive inclusion policies of family farmers throughout the country.*

*Keywords: Food Acquisition Program, Territories of Citizenship, Public Policies.*

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto de extensão universitária intitulado "Monitoramento e avaliação de políticas públicas para gestão de territórios na Amazônia Paraense". O referido projeto faz parte de uma ação mais ampla da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT / MDA, sendo que as atividades desse ministério foram descontinuadas (a partir de maio de 2016, as suas atribuições foram repassadas à recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, vinculada à Casa Civil da Presidência da República).

Nas últimas décadas, as transformações pelas quais o Brasil passou permitiram o surgimento de políticas públicas inovadoras em torno do assim chamado desenvolvimento rural sustentável, que objetivava diminuir elementos oriundos de desigualdade no campo, como a pobreza rural e a insegurança alimentar no país.

Ao mesmo tempo em que o Brasil era um grande exportador de alimentos, possuía uma grande população faminta. Por outro lado, os agricultores se queixam de dificuldades de acessar os mercados, dos preços recebidos e do poder dos atravessadores. É nesse ponto que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge como solução óbvia (MIELITZ, 2014).

O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, apresentando como finalidades promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para atingir esses objetivos, o Programa viabiliza a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioambiental, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2003). Assim, o PAA se mostra como:

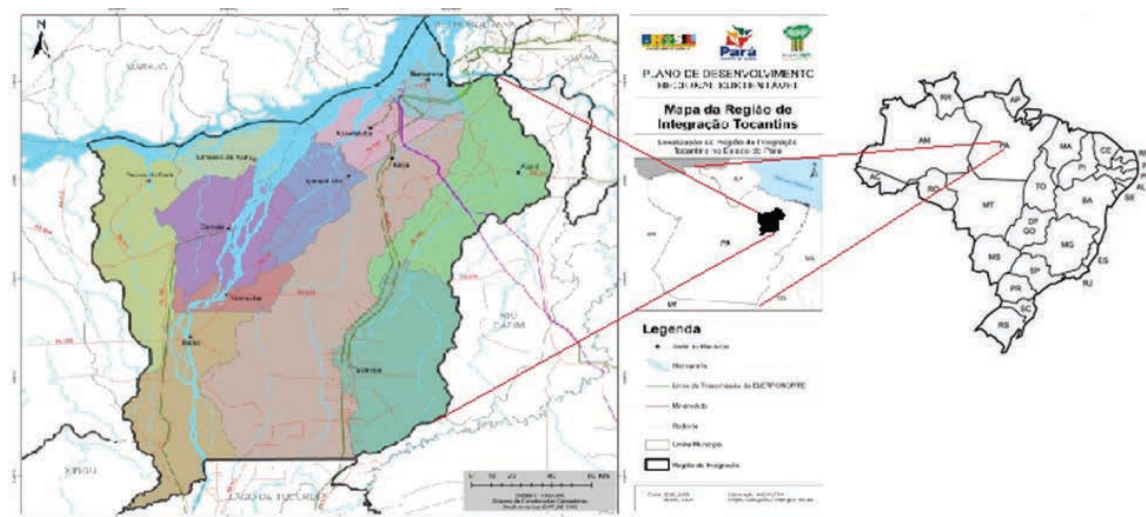


[...] um programa de preços mínimos para determinados produtos e garantia de renda ao agricultor familiar [...], até a criação do PAA, a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), existente desde a década de 1940, não conseguia contemplar as necessidades da agricultura familiar. (CAMARGO; BACCARIN, SILVA, 2013, p. 03-04).

O aspecto central deste trabalho procura realizar uma breve análise da experiência do PAA (na modalidade de Doação Simultânea e Formação de Estoques), por meio de um estudo de caso acerca da execução e do acesso deste Programa no Território do Baixo Tocantins / Pará (Brasil), identificando o alcance deste Programa e os principais problemas que os agricultores enfrentam para comercializarem sua produção através desta via.

Esse Território fica localizado na Região Nordeste Paraense, abrangendo uma área de 36.024,20 Km<sup>2</sup> e é constituído de 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (como mostra a Figura 01).

FIGURA 01: Localização geográfica do Território da Cidadania do Baixo Tocantins – Pará



Fonte: BASTOS et al (2010).

De acordo com o último Censo Populacional, a população total desse território era de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total (IBGE, 2010). Segundo os dados disponíveis na base de dados do Sistema de Informações Territoriais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – SIT / MDA (BRASIL, 2011), esse território possuía 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas em seus 11 municípios. Também segundo os dados disponíveis na base de dados do SIT / MDA (BRASIL, 2011), a renda média para os municípios constituintes deste território mostram que, em média, a população possui um baixo nível socioeconômico. Quando se observam os valores que constituem o Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) para o território, percebe-se que seu valor é de 0,68, típico de regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.



Já o índice de Gini que mede a desigualdade de distribuição de renda, mostra que infelizmente este índice ainda é muito elevado no Território do Baixo Tocantins.

O campesinato do Território do Baixo Tocantins é considerado um dos mais antigos e importantes da Amazônia. A partir da década de 1970 com a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e da BR-422 (atualmente PA-156, conhecida na região como “Transcarnetá”), para atender a necessidade de ocupar a Amazônia e permitir a colonização, interligando pontos navegáveis formando um sistema rodo-fluvial integrado. A BR-422 foi construída na década de 1980 para dar apoio às obras da Hidrelétrica de Tucuruí, sendo que atualmente esta estrada atende em sua área de influência mais de 300.000 habitantes (SILVA JR. et al., 2010).

A agricultura familiar é o sustentáculo da base produtiva (SABLAYROLLES, 2006 citado por BARBOSA et al., 2010). No entanto, ainda segundo estes autores, a diversificação de ecossistemas, as diferentes formas de intervenção humana e a produção que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, acabam construindo distinções importantes entre essas zonas e mesmo dentro de cada zona. Essas distinções são fundamentais para que os moradores de cada comunidade possam construir o ritmo próprio de suas vidas e de sua produção a partir da especificidade de cada localidade. Para Costa (2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010), “as áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas por agricultura tradicional de corte-e-queima, onde basicamente cultiva-se mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), principal produto dessa região” (e utilizada na fabricação da farinha de mandioca, produto bastante consumido regionalmente), pimenta do reino (*Piper nigrum* L.) Nas áreas de várzea e nas ilhas, há a exploração extrativista do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), do buriti (*Mauritia flexuosa*, Mart.), da andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e do pescado.

Ainda segundo esse autor, para uma análise dos sistemas de produção do território, “deve se levar em conta que não existe uma linha divisória clara entre as muitas formas de produção familiar: os extrativistas também têm roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, aves, porcos e peixes”. (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010). As áreas desmatadas sofreram uma forte exploração madeireira a partir dos anos 1960 e se prolongou até os anos de 1990, sendo de maior impacto nas áreas de terra firme do que nas áreas de ilhas. Atualmente, ainda segundo Nogueira et al. (2010), através da ação de instituições junto aos agricultores, verifica-se que vários agricultores já integram uma boa parte do conhecimento tradicional sobre como proteger o solo com sistemas agrofloretais. Os agricultores familiares das regiões das ilhas estabelecem relações mercantis e sociais com a área urbana, comercializam os produtos artesanais, agrícolas e extrativos, principalmente o pescado e o açaí, assim como há um movimento de produtos industrializados adquiridos nos estabelecimentos comerciais das cidades para as ilhas. Costa (2006 citado por NOGUEIRA et al., 2010) afirma que a produção agrícola e extrativista responde por 60% da economia da região tocantina.

Como entidades representativas ou de apoio a estes agricultores, entre as instituições não-governamentais e movimentos sociais com atuação regional e que



também participam ativamente da formulação e execução de iniciativas de desenvolvimento rural (nos âmbitos socioeconômico e técnico-produtivo, dentre outros) podem ser destacadas a APACC - Associação Paraense de Apoio à Comunidades Carentes, as CFR's (Casas Familiares Rurais) dos municípios de Cametá, Mocajuba, Oeiras do Pará e Baião), as cooperativas locais de organização e comercialização de produtos da agricultura familiar, os STTR's (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) vinculados à FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura, as colônias de pescadores atuantes na região, as associações locais de agricultores, pescadores e ribeirinhos, dentre outras instituições de atuação local / regional que podem ser elencadas como constituintes desse ambiente político-institucional.

Por fim, existem alguns espaços coletivos de discussão sobre o desenvolvimento rural da região e sobre temáticas específicas, como a educação do campo e as políticas públicas de desenvolvimento territorial, como o Fórum de Educação do Campo do Baixo Tocantins (FORECAT), vinculado ao Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, região onde atuam entidades e movimentos sociais dos municípios de Acará, Abaetetuba, Igarapé Miri, Moju e Tailândia, e o Fórum de Educação do Campo, das Águas e da Floresta da Região Tocantina (FECAF), vinculado ao Campus Universitário do Tocantins/UFPA, situado no território que congrega os municípios de Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará (SILVA; BARROS, 2011). Além desses, existe o CODETER (Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins), com sede em Abaetetuba, e instituído através do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal (BRASIL, 2011), e que congrega instituições públicas e da sociedade civil dos 11 municípios que compõem a região do Baixo Tocantins. Esse espaço tem também o objetivo de articular, a partir de diferentes dimensões das políticas públicas, maneiras de pensar a articulação das mais diversas iniciativas governamentais voltadas para essa região.

Foi neste território complexo que analisamos a execução do PAA entre 2010 e 2013 e procuramos identificar o alcance do Programa e as dificuldades encontradas pelos agricultores e organizações para acessá-lo. É importante destacar que o presente trabalho não pretende fazer um estudo sobre o estado da arte da pesquisa sobre o PAA ou sobre as políticas públicas para a agricultura familiar em um determinado território, e sim apresentar uma descrição sucinta da execução desse programa no Território, apontando seus entraves, de forma a que possa ser útil para os atores envolvidos nas discussões sobre o desenvolvimento territorial local.

## 2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Nesta seção, se discute brevemente um panorama geral sobre o PAA, sem necessariamente esgotar o assunto. Assim, é importante destacar que, no Brasil, historicamente o Estado sempre deu maior importância para políticas públicas que privilegiaram o lado da oferta da produção, através de tecnologia, crédito, infraestrutura, etc., porém, essas políticas não eram direcionadas aos pequenos produtores (MIELITZ, 2014).



Durante as décadas de 1960 e 70, as políticas públicas desse período procuraram alterar o padrão tecnológico dos agricultores, buscando aumentar a produção e a produtividade, bem como construir novas dinâmicas produtivas e econômicas relacionadas com as indústrias e com os mercados. Nas décadas de 1980 e 90, com o ajuste estrutural e o neoliberalismo, a atuação do Estado e das políticas públicas foram modificadas e minimizadas, ganhando maior proeminência no desenvolvimento a atuação do mercado. (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Ainda segundo estes autores (p. 15):

Nos anos 2000, com o processo de modernização da agricultura; vivemos um período de pujança da economia do agronegócio; narrativas liberalizantes interagem com uma retomada da intervenção dos Estados Nacionais; a diversidade social, cultural e econômica do meio rural brasileiro vem à tona, exigindo reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, extrativistas.

Segundo Campos e Bianchini (2014), nesse contexto de transformações no Estado brasileiro, nas suas prioridades e no redirecionamento dos recursos públicos, do reconhecimento da agricultura familiar e da importância da segurança alimentar, é que se abriu espaço para a criação do PAA. Pelo entendimento dos autores, o Programa não é uma ação isolada, descontextualizada das demais iniciativas, mas segundo eles, só foi viável devido à inserção e ao apoio que os agricultores encontraram em outros programas, como o crédito, que permitem aos agricultores familiares produzirem, organizarem-se e comercializarem sua produção com o Governo.

Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2016c, p. 01).

Para a efetivação do PAA, “foi necessário provar a capacidade dos agricultores familiares e de suas organizações de fornecer alimentos de qualidade e de maneira regular”. (TAKAGI; SANCHES; GRAZIANO DA SILVA, 2014, p. 29). Além disso, foi necessário convencer que através do Programa, “comprar da agricultura familiar é uma estratégia ganha-ganha. Ganha o governo, ganha a agricultura familiar, ganha o gestor, ganha o público atendido” (CAMPO; BIANCHINE, 2014, p. 25).

Segundo GRISA et al. (2011), o programa tem dado contribuições importantes para a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional:

O PAA [...] tem incitado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente no que concerne à diversificação produtiva. O programa tem sido responsável por restaurar a policultura, predicado de um modo de vida camponês. [...]. O PAA tem se destacado por incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada [...] Além da diversificação, o PAA incentiva a produção



em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, pela valorização da biodiversidade, pelo aproveitamento dos recursos locais, pela utilização de sementes crioulas e pelo respeito à diversidade cultural e aos saberes locais. (GRISA et al., 2011, p. 36).

O PAA articulou o tema da pobreza rural com o da insegurança alimentar e nutricional da população em geral. Por um lado, o Programa buscou garantir mercados locais para os agricultores familiares por intermédio de aquisições do governo, formando estoques de alimentos e, por outro, buscou promover a distribuição para populações sob risco ou insegurança alimentar e nutricional, com a entrega dos produtos podendo ser feita diretamente por meio das organizações dos agricultores, bem como pelos programas de governo (PORTO et al., 2014).

Segundo Fuscaldi (2009, p. 08), com o PAA, o Governo Federal consegue alcançar outros objetivos, dentre eles, a ocupação do espaço rural, a distribuição da renda, o combate à fome, a promoção da cultura alimentar regional e a preservação do meio ambiente. Outro aspecto positivo do Programa é o fato da sua gestão ser compartilhada entre seis ministérios:

O Grupo Gestor é composto pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – representado pela CONAB –, do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF) e, mais recentemente, da Educação (MEC). (PORTO et al., 2014, p.39).

O Programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela CONAB por meio das modalidades descritas no Quadro 01:

QUADRO 01: Modalidades de execução para comercialização via PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.



Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	-	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: SEAD (2017).

Dessa forma, a partir das modalidades supracitadas, é importante afirmar que:

Em sua concepção, o Programa introduziu aspectos extremamente inovadores. Estabeleceu pela primeira vez recursos e metodologia específica para compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais; dialogando com a escala e características organizacionais destes segmentos, definiu processo de compras por dispensa de licitação, nos moldes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), permitindo a relação direta entre governo e sociedade civil para a aquisição de alimentos por parte do Estado; definiu metodologia para a formação dos preços a serem pagos nas aquisições coerentes e adequados às especificidades regionais e locais. (PORTO et al., 2014, p. 39).

Campos e Bianchini (2014) lembram que a partir de 2006, com a Lei da Agricultura Familiar, definiu-se o seu marco legal, seus beneficiários, as principais políticas e programas. Além disso, também se definiu mecanismos de controle e de participação social, empoderando e fortalecendo os conselhos setoriais ou regionais que passam a ter responsabilidades delegadas sobre esses programas. Com isso o país, que praticamente ignorava a agricultura familiar, passou a ser uma importante referência internacional em políticas para o seu fortalecimento.

O PAA inovou quando definiu como seus objetivos centrais fortalecer a agricultura familiar, de um lado, e promover a segurança alimentar e o combate à fome, de outro, realizando-os simultaneamente e de forma indissociada: com o mesmo recurso financeiro, comprar para fortalecer a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação. Promover o acesso à alimentação para parcelas da população em insegurança alimentar, comprando alimentos diretamente da agricultura familiar era algo até então inexistente em todo o mundo. Existiam iniciativas piloto, desarticuladas e sem escala. Essas duas faces da mesma moeda são a fortaleza desse programa. De um lado, o PAA passou a





ser um importante instrumento da política agrícola e de outro, da política de segurança alimentar do país (CAMPOS; BIANCHINE, 2014, p. 16).

Os autores supracitados também chamam a atenção para algumas fortalezas do PAA: o fato de que os produtos da agricultura familiar para o suprimento de seus equipamentos de alimentação e nutrição estão sendo comercializados por meio da execução deste programa em mais da metade dos municípios brasileiros; a qualidade e variedade dos alimentos é outra grande fortaleza do PAA, com o suprimento de alimentos variados, regionalizados, de alta qualidade nutritiva, melhorando a condição de segurança alimentar da população atendida. “São mais de três mil tipos diferentes de alimentos e a maior parte dos recursos é gasto com frutas, verduras, legumes, feijão, arroz, carnes, leite e farinhas propiciando e promovendo uma alimentação mais saudável para os beneficiários consumidores” (CAMPOS; BIANCHINE, 2014, p. 18).

Já para Takagi, Sanches e Graziano da Silva (2014, p. 29), o êxito do programa deve-se ao fato deste ter partido de uma

[...] ideia de simplicidade contundente, ter sido vinculado com outras políticas, ter implantado um sistema de monitoramento permanente das aquisições, ter recuperado e ampliado uma rede de órgãos públicos para garantir a operacionalidade das aquisições junto ao produtor e ter reconhecido que a capilaridade difusa da pequena produção num país com 8,5 milhões de km<sup>2</sup> inviabilizaria a implementação dessa política se ela não viesse assentada em parceria com estados e municípios.

Além disso, o PAA tem promovido um aquecimento da economia local através do estímulo aos circuitos curtos de comercialização e de abastecimento, promovendo a relação direta entre produtores e consumidores, uma maior circulação local da riqueza, geração de empregos e, por conseguinte, aumento nas arrecadações municipais. Tudo isso demanda maiores investimentos em infraestrutura por parte da municipalidade, principalmente em estradas, transportes e armazenamento, contribuindo assim para a interiorização do desenvolvimento e maior autonomia dos municípios, diminuindo a dependência em relação aos circuitos longos de comercialização e abastecimento e à logística regional necessária para sua manutenção (PORTO et al., 2014).

Grisa e Schneider (2015) lembram que políticas de segurança alimentar como o PAA são políticas recentes e que contam com uma ampla articulação entre Estado e sociedade civil, seja na construção de seus instrumentos, seja na execução das políticas públicas. Se por um lado esta configuração ilustra o avanço democrático da sociedade brasileira, também faz vir à tona novos desafios à gestão pública e às próprias organizações da sociedade civil. Assim:

O PAA prevê duas etapas importantes: o suprimento alimentar à população e o estímulo à pequena produção e a seu consumo (...). Sua complexidade de ação e atuação vai além do estímulo à agricultura familiar e elevação da produção rural, perpassando todo o arcabouço estrutural de uma importante questão social e econômica para o país: o desenvolvimento comunitário na



área rural, mediante o fortalecimento das organizações locais de agricultores (CARVALHO; ROCHA, 2013, p. 282).

São por questões como estas que consideramos que o PAA é uma política pública especial e inovadora.

### 3 ELEMENTOS METODOLÓGICOS

No âmbito da política territorial do Governo Federal, entre 2014 e 2016 foram criados e implementados os denominados Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's), visando assessorar e levantar dados acerca dos Territórios Rurais e da Cidadania a partir da constituição de parcerias com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em todo o país. O NEDET do Território da Cidadania do Baixo Tocantins foi constituído em fevereiro de 2014 pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e restou assessoria ao CODETER do referido Território durante a duração do projeto supracitado (e que foi encerrado em dezembro de 2016), levantando informações sobre algumas das mais importantes políticas públicas de inclusão produtiva e de gestão social, conforme as recomendações da SDT / MDA.

No âmbito das políticas de segurança alimentar dos mercados institucionais, um dos programas analisados foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nosso trabalho procurou analisar a execução do PAA (nas modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoques) nos municípios do Território do Baixo Tocantins e identificar os problemas/dificuldades encontrados pelas organizações dos agricultores familiares para acessarem este Programa. Do ponto de vista metodológico, a coleta de dados se realizou em um período de quatro meses (julho a outubro de 2014), durante os quais foram realizadas 15 entrevistas com a utilização de questionários semiestruturados, elaborados a partir de critérios indicados previamente pelo Departamento de Inclusão Produtiva (DIP) da SDT e desenvolvidos para serem aplicados em todos os territórios assessorados pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, e reelaborados conjuntamente pela equipe dos NEDET's dos Territórios da Cidadania do Baixo Tocantins, Marajó e Transamazônica, visando adequar os critérios de levantamento de dados para se adaptarem melhor ao contexto da realidade regional desses Territórios. Entre os entrevistados estão a Superintendência Regional da CONAB em Belém / Pará, 10 organizações que acessaram o PAA no período de 2010 e 2013 e quatro secretários de agricultura dos municípios que aderiram ao PAA Estadual, não tendo sido feitas, para este trabalho, entrevistas diretamente com os agricultores familiares beneficiados.

Além disso, foram feitos levantamento de dados sobre a execução do PAA nos municípios do Baixo Tocantins junto à Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Pará (DFDA/PA) e também através da consulta ao PAA DATA e ao Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPA, bancos de dados e informações que disponibilizam dados sobre a execução do programa pela CONAB e pelos estados e municípios (BRASIL, 2016a; 2016b). Ambos os sistemas são ferramentas importantes de um conjunto de dados integrado às informações sobre a execução do Programa, com o objetivo de dar suporte ao seu monitoramento, gestão e



planejamento. Além disso, buscou-se informações junto aos técnicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF / MDA) e do MDS, que gerenciam nacionalmente a execução do PAA.

A partir desse sucinto apanhado sobre os elementos metodológicos do trabalho, passamos agora à apresentação resultados alcançados a partir do trabalho de pesquisa realizado no Território.

## 4 A EXECUÇÃO DO PAA NO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS ENTRE 2010 E 2013

A partir das entrevistas realizadas e dos dados secundários, foi feita uma sistematização de informações básicas sobre a execução do PAA no Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA. Na Figura 2, podemos visualizar a amplitude do PAA no supracitado Território nos anos de 2012 e 2013, distinguindo o acesso das organizações da comercialização individual dos agricultores pelo Programa.

FIGURA 02: Mapa de Execução do PAA nos municípios do Baixo Tocantins entre 2012 e 2013



Fonte: Elaborado partir dos dados da CONAB (2014) e Brasil (2016b).

As informações mostraram que acesso dos agricultores ao PAA ainda é baixo neste Território. Encontramos experiências de acesso ao Programa em apenas cinco (05) municípios, devido principalmente à falta de uma produção organizada e de comprometimento dos poderes públicos municipais em comprar alimentos das organizações da agricultura familiar do próprio local. A CONAB é praticamente a única executora do PAA no Território. Apenas quatro municípios aderiram ao PAA Estadual, sendo eles: Abaetetuba, Acará, Barcarena e Igarapé-Miri, porém o número total de agricultores que acessaram o PAA em 2013 foi de apenas 51 indivíduos.



Em relação às modalidades de operação, no Quadro 02 podemos perceber que o PAA no Baixo Tocantins, entre os anos de 2010 e 2013, foi executado através Compra com Doação Simultânea e Apoio à Formação de Estoques.

QUADRO 02: Dados sobre a execução do PAA no Território da Cidadania do Baixo Tocantins-PA, no período entre 2010 e 2013

ORGANIZAÇÕES	MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013
Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA	Abaetetuba	R\$ 247.496,68 (Doação simultânea)	R\$ 247.498,00 (Doação simultânea) R\$ 199.991,00 (Apoio à Formação de Estoques)	R\$ 312.000,00 (Doação simultânea)	R\$ 163.200,00 (Apoio à Formação de Estoques)
Cooperativa Agrícola dos Empreendimentos Populares de Igarapé-Miri - CAEPIM	Igarapé-Miri	R\$ 244.504,16 (Doação simultânea)	-	-	-
Associação Agroextrativistas dos Moradores do Ajá – AMA	Cametá	R\$ 13.841,93 (Doação simultânea)	-	R\$ 24.400,00 (Doação simultânea)	R\$ 22.972,60 (Doação simultânea)
Cooperativa dos Agricultores da Região de Tailândia – CART	Tailândia	R\$ 65.806,88 (Doação simultânea) R\$ 32.946,00 (Apoio a Formação de estoques).	R\$ 98.902,50 (Doação simultânea) R\$ 67.500,00 (Apoio à Formação de Estoques)	R\$ 98.902,50 (Doação simultânea) R\$ 67.500,00 (Apoio à Formação de Estoques)	-
Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá – COOPAC	Cametá	R\$ 29.977,50 (Doação simultânea)	-	-	-
Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri-CODEMI	Igarapé-Miri	R\$ 124.000,32 (Doação simultânea)	-	R\$ 199.950,00 (Doação simultânea)	R\$ 199.950,00 (Doação simultânea)
Associação dos Assentados da Ilha Mutirão/Japuretê do Município de Igarapé-Miri	Igarapé-Miri	-	R\$ 269.863,40 (Doação simultânea)	R\$ 278.377,00 (Doação simultânea)	-
Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Emanuel do Município de Igarapé-Miri	Igarapé-Miri	-	-	R\$ 162.998,90 (Doação simultânea)	-
Associação dos Assentados da Ilha Mamangais de Igarapé-Miri	Igarapé-Miri	-	-	R\$ 97.444,24 (Doação simultânea)	-
Cooperativa Mista dos Pescadores e Agricultores de Limoeiro do Ajuru – COOMPALA	Limoeiro do Ajuru	-	-	-	R\$ 90.900,56 (Doação simultânea)

Fonte: CONAB (2014).

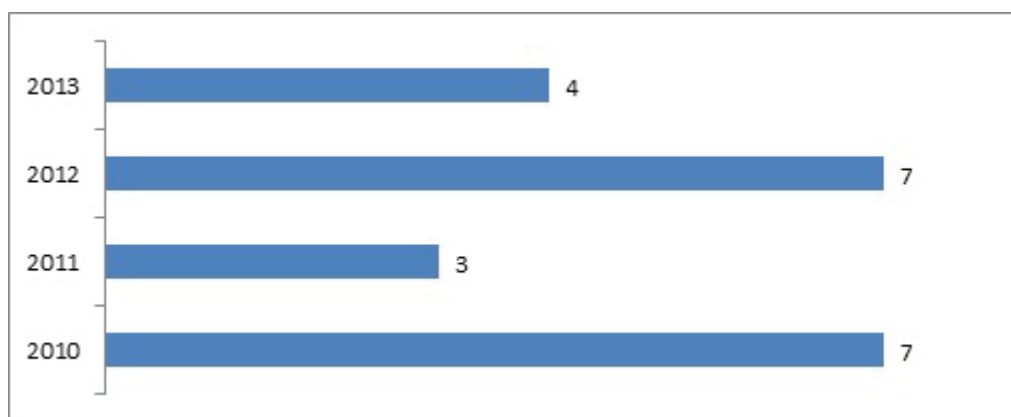
O referido quadro demonstra que duas organizações do Território estão conseguindo acessar concomitantemente as duas modalidades de execução do Progra-



ma operadas no Território: doação simultânea e formação de estoques. Tratam-se de uma organização produtora de polpas de frutas e de uma organização produtora de castanha de caju. Ambas as organizações possuem um maior nível de organização, DAP Jurídica, produção organizada e estrutura agroindustrial estabelecida, fatores que permitem melhores condições de beneficiamento e escoamento.

Percebemos também que, no decorrer desses anos, não se seguiu uma ordem constante ou crescente de acesso das organizações ao PAA no Território (Figura 03).

FIGURA 03: Número de organizações do Território que comercializaram via PAA entre 2010 e 2013



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizado pela CONAB (2014).

Algumas organizações acabaram acessando o Programa apenas uma ou duas vezes. A justificativa dada pelas organizações para tal situação foi a de que devido ao fato delas passarem a fornecer alimentos para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas do município, a produção acabou sendo toda absorvida por este outro Programa, não havendo assim necessidade de buscar comercializar via PAA.

No Quadro 03, seguem alguns dados disponibilizados pela CONAB sobre a efetivação do PAA no Território do Baixo Tocantins entre 2011 e 2012.



QUADRO 03: Dados disponibilizados pela CONAB acerca da execução do PAA no Baixo Tocantins no período 2011-2012

INSTITUIÇÃO	2011	2012
CART- COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DA REGIAO DE TAILANDIA	<b>Valor: R\$ 98.902,50</b> <b>Nº de Fornecedores: 22</b> <b>Produtos entregues:</b> Arroz, castanha de caju, polpas (cupuaçu, abacaxi, acerola e caju), farinha de mandioca amarela e farinha de caju. <b>Instituição Beneficiada:</b> ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA	<b>Valor: 98.902,50</b> <b>Nº de Fornecedores: 22</b> <b>Produtos entregues:</b> Arroz, castanha de caju, polpas (cupuaçu, abacaxi, acerola e caju) e farinha de mandioca amarela. <b>Instituição Beneficiada:</b> ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE ABAETETUBA
ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS DA ILHA MUTIRÃO/JAPURETÊ DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	<b>Valor: R\$ 269.863,40</b> <b>Nº de fornecedores: 60</b> <b>Produtos entregues:</b> Camarão fresco, Açaí (fruto) e Pescada branca.  <b>Instituições Beneficiadas:</b> <b>Escolas de Igarapé-Miri</b> (E.M.E.F "PROFª EURIDICES MARQUES DE SOUZA; E.M.E.F CAETANO CORRÊA LEÃO; E.M.E.F EDMUNDO DANTAS DE ALMEIDA; E.M.E.F. CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA SANTANA; E.M.E.F. MARILDA NUNES <b>Em Belém:</b> - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/AR/PA	<b>Valor: 278.377,00</b> <b>Nº de fornecedores: 58</b> <b>Produtos entregues:</b> Camarão fresco, Açaí (fruto) e Pescada branca.  <b>Instituições Beneficiadas:</b> - AMBE - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA BOA ESPERANÇA – Igarapé-Miri.  - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES DO BAIRRO DA CIDADE NOVA de Igarapé-Miri.  - CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL "PASTOR FLÁVIO DAS NEVES MONTEIRO" de Igarapé-Miri.
COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DE ABAETETUBA - COFRUTA	<b>Valor: R\$ 247.498,00</b> <b>Nº de fornecedores: 55</b>  <b>Produtos entregues:</b> Polpa de Açaí, polpa de abacaxi e polpa de cupuaçu.  <b>Instituições Beneficiadas:</b> - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ABAETETUBA; - OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - FAZENDA DA ESPERANÇA - PASTORAL DA CRIANÇA - PASTORAL DO MENOR - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/AR/PA	<b>Valor: R\$ 312.000,00</b> <b>Nº de fornecedores: 65</b> <b>Produtos entregues:</b> Polpa de Açaí, polpa de abacaxi e polpa de cupuaçu.  <b>Instituições Beneficiadas:</b> - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ABAETETUBA; - OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - FAZENDA DA ESPERANÇA - PASTORAL DA CRIANÇA - PASTORAL DO MENOR - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/AR/PA
ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS ILHA MAMANGAIS DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI	-	<b>Valor R\$: 103.498,93</b> <b>Nº de fornecedores: 23</b> <b>Produtos entregues:</b> Camarão Fresco, Açaí (fruto) e pescada.  <b>Instituições Beneficiadas:</b>



		- PRELAZIA DE CAMETA DO TOCANTINS; - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IGARAPÉ-MIRI - SEMAS / CREAS.
ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ESTADUAL AGROEXTRATIVISTA EMANUEL DO MUN. DE IGARAPÉ-MIRI	-	<b>Valor: 162.998,90</b> <b>Nº de fornecedores: 37</b> <b>Produtos entregues:</b> Camarão fresco, Açaí (fruto), batata-doce, coentro, farinha de mandioca, laranja, maxixe, melancia, pepino, pescada e quiabo.  <b>Instituições Beneficiadas:</b> - PRELAZIA DE CAMETA DO TOCANTINS - IGARAPÉ-MIRI PREF. GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IGARAPÉ-MIRI - SEMAS / CREAS.
COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI - CODEMI	-	<b>Valor: R\$ 199.950,00</b> <b>Nº de fornecedores: 47</b> <b>Produtos entregues:</b> Açaí (fruto), camarão (cancelada).  <b>Instituição Beneficiada:</b> - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/AR/PA
COOPERATIVA MISTA DOS PESCADORES E AGRICULTORES DE LIMOEIRO DO AJURU - COOMPALA	-	<b>Valor: R\$ 90.900,56</b> <b>Nº de fornecedores: 19</b> <b>Produtos entregues:</b> Camarão fresco, Açaí (fruto), Mapará fresco, Tainha fresca.  <b>Instituição Beneficiada:</b> - SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC/AR/PA
ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTAS DOS MORADORES DO AJÓ - AMA	-	<b>Valor: R\$ 24.400,00</b> <b>Nº de fornecedores: 12</b> <b>Produtos entregues:</b> Polpa de Açaí, mel de abelha, polpa de acerola, polpa de cajá, polpa de caju, polpa de cupuaçu, polpa de goiaba e polpa de manga.  <b>Instituição Beneficiada:</b> - PRELAZIA DE CAMETA DO TOCANTINS.

Fonte: CONAB (2014).

Conforme podemos ver acima, nos anos de 2011 e 2012 foram entregues pelas organizações da agricultura familiar os mais variados produtos: polpas de frutas, cereais, castanhas, farinha de mandioca, pescado, açaí, frutas, verduras, legumes, mel, etc. Isso demonstra a capacidade de produção das organizações locais do Território, tendo em vista a grande variedade de produtos que foram comercializa-



dos e a garantia da manutenção da produção de alimentos regionais, que a médio e longo prazo trarão aos beneficiados melhores condições de saúde e principalmente de aprendizado para as crianças.

Porém, outro aspecto que chama a atenção é o de que o número de fornecedores (agricultores familiares) não é tão expressivo. Em relação à natureza da instituição beneficiada com os alimentos adquiridos pelo PAA, podemos identificar que há predominância das escolas, obras sociais da Igreja Católica, Pastoral do Menor e Pastoral da Criança, Secretarias de Assistência Social, associações beneficentes e o SESC Mesa Brasil (Rede Nacional de Bancos de Alimentos), por meio da modalidade de Doação Simultânea no âmbito do PAA. Também podemos perceber que a maioria dos alimentos é entregue para beneficiários do próprio município, o que facilita a entrega, que se torna mais difícil quando a entrega é destinada para outros municípios, por problemas de logística e transporte.

Durante a realização do nosso trabalho, identificamos como as dificuldades de acesso dos Agricultores Familiares e suas organizações ao PAA, os seguintes problemas (Quadro 04):

QUADRO 04: Problemas identificados pelas organizações da agricultura familiar para acessarem o PAA

Baixo preço pago pelos produtos;
Excessiva Burocracia;
Chamadas com demandas inadequadas para a agricultura familiar da região/ Chamadas descontextualizadas, não contemplam a realidade do Pará;
Dificuldades técnicas / problemas técnicos na transmissão dos dados do projeto de venda para a CONAB;
Demora no pagamento por parte da CONAB / Alta rotatividade de funcionários na Superintendência Regional (SUREG) da CONAB, fazendo com que os agricultores sejam sempre atendidos por novas pessoas que não conhecem o histórico dos problemas, exigindo um tempo muito maior para resolver os problemas com notas fiscais, por exemplo.
Dificuldades com a documentação do empreendimento (falta de DAP Jurídica) / Demora na emissão da DAP Jurídica pela EMATER;
Dificuldade/demora na emissão da DAP Física para os agricultores;
Falta de capital de giro das organizações;
Dificuldades de Transporte e Logística por parte das organizações;
Infraestrutura insuficiente (armazenagem);
Falta de serviços de Inspeção Sanitária nos municípios;
Falta de Assistência Técnica;
Problemas na entrega dos produtos junto a entidades beneficiada (principalmente quando a entidade beneficiada é de outro município).
Poucos municípios aderiram ao PAA Estadual;
Mudanças constantes na administração municipal / instabilidade política, fazendo com que o PAA Estadual seja constantemente paralisado.

Fonte: Dados de campo (2014).

No âmbito destes problemas elencados em relação à execução da política, podemos perceber que há dificuldades mais estruturais, que dizem respeito a um âmbito maior dos desafios a se enfrentar, e que não são necessariamente de fácil resolução (como por exemplo, a excessiva burocracia na execução do PAA e a falta de assistência técnica).





Por outro lado, alguns problemas são de ordem intermediária, como a lista de produtos com demandas inadequadas para a agricultura familiar da região e as dificuldades com a documentação dos empreendimentos (como a emissão da DAP física para os agricultores, e jurídica para as instituições). Esses problemas podem ser objeto de uma ação direcionada visando sua superação, pois não se trata de problemas cuja solução seja tão distante da realidade local.

Por fim, há também nessa lista alguns problemas mais pontuais, que podem ser resolvidos a partir de um esforço coletivo entre os diferentes setores de execução da política, como por exemplo a falta de capital de giro das instituições envolvidas e os problemas de transporte e logística por parte das organizações dos agricultores.

Levando-se em consideração esses desafios e percalços enfrentados pela agricultura familiar e suas instituições representativas no Territórios da Cidadania do Baixo Tocantins, é importante, apesar das dificuldades encontradas, manter a perspectiva de continuação e de fortalecimento das políticas de desenvolvimento territorial nos próximos anos, e especificamente do PAA no Território do Baixo Tocantins, a despeito do atual contexto de incertezas, pois o levantamento de dados sobre as políticas públicas territoriais, o acompanhamento e gestão dessas ações e o estabelecimento de prioridades de atuação para os Colegiados e para as instituições do Poder Público são aspectos importantes que podem ser propiciados no âmbito da execução dessa política pública.

Outro trabalho interessante sobre as dificuldades de acesso ao PAA no Território do Baixo Tocantins foi realizado pelo Programa Mercado Institucional de Alimentos, desenvolvido por professores e estudantes da UFPA / Belém. Abaixo, no Quadro 05, seguem algumas informações sintetizadas por esta pesquisa.

QUADRO 05: Problemas para o acesso ao PAA no Território do Baixo Tocantins

<b>Pouca participação das entidades representativas do Movimentos Sociais do campo e da cidade;</b>
<b>Dificuldade de mobilizar os gestores públicos;</b>
<b>Pouco conhecimento sobre a política de desenvolvimento territorial/território da cidadania;</b>
<b>Dúvidas sobre a participação da agricultura familiar no PNAE e PAA;</b>
<b>Poucas experiências com o PAA ou dificuldade em localizá-las / reduzida organização associativista e cooperativista;</b>
<b>Necessidade de ampliar a articulação com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e propor uma política de formação do Conselhos Escolares e outros sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Territorial – Fortalecer o controle social;</b>
<b>Questões de certificação e qualidade do produto: ausência de apoio da gestão local;</b>

Fonte: Lírio et al. (2015).

Tendo feito esse levantamento e sistematização dos dados, fica claro que o Território do Baixo Tocantins, em meio ao que já foi apresentado, tem como desafio principal buscar cada vez mais uma eficiente e intensa organização dos agricultores familiares e a constituição de redes de suas organizações para cumprirem as exigências do PAA.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado neste trabalho, no Território do Baixo Tocantins-PA, para o PAA poder ocupar realmente um papel estratégico no abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição; ser instrumento de educação alimentar e promoção de hábitos alimentares saudáveis; ser um meio de inclusão produtiva e para conseguir ser um instrumento de promoção da produção sustentável, se apresentam ainda muitos desafios.

Apesar de o Território apresentar as condições ideais para a implementação do Programa, apresentando municípios com parcelas significativas da população em estado de insegurança alimentar e simultaneamente a presença de agricultores familiares e extrativistas, mesmo assim, a execução do PAA neste território ainda é muito incipiente.

De acordo com os dados oficiais e nas informações apuradas durante a pesquisa, percebemos que a baixa implementação do PAA no Território do Baixo Tocantins não é motivada pelo desinteresse dos agricultores familiares, mas sim pelo desconhecimento do Programa, falta de alinhamento entre as instituições governamentais, principalmente os municípios em grande medida pela falta de uma maior organização dos agricultores familiares e da sua produção.

Como bem sabemos, no momento em que vivemos, é desafio da agricultura familiar se organizar para atender às demandas mais diretamente, com menos intermediação, discutindo qual o tipo de produção desejada, como consolidar suas organizações, como fazer para que seus sistemas de produção sejam sustentáveis e que contribuam para um abastecimento de alimentos cada vez mais exigente. No Território do Baixo Tocantins isso também se faz extremamente necessário.

Estes esclarecimentos são altamente relevantes para que se possam corrigir as dificuldades e estender os benefícios. Havendo dificuldades, é necessário que o Território possa discutir e se perguntar: o que é necessário exigir ou o que é necessário fazer para viabilizar a efetividade do PAA nos municípios do Baixo Tocantins? Acreditamos que algumas pistas para as respostas a estas perguntas tenham sido dadas neste trabalho.

## 6 AGRADECIMENTOS

À SDT / MDA e ao CNPq, que possibilitaram o financiamento deste estudo no âmbito do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Território do Baixo Tocantins-PA e ao CODETER, pelo apoio ao trabalho realizado.



## 7 REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.; PEREIRA, L. G.; GERALDO, M. T.; BARROS, C. S. **Diagnóstico Rápido Participativo da Comunidade Caripi, Cametá – PA**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. (mimeo.).

BASTOS, A. P. V. B.; ALMEIDA, O.; CASTRO, E. R. C.; MARIN, A. M.; PIMENTEL, M. S.; RIVERO, S.; SILVA, I. C.; FRANZ, I. T.; BRÜZEKE, J. Economia e sociedade na Região do Tocantins, Pará. **Paper do NAEA**, Belém, n. 259, 32 p., mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Sistema de Informações Territoriais – SIT**. 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. PAA DATA: Sistema de Avaliação e Gestão da Informação. **Agricultores participantes por Territórios da Cidadania**. 2016a. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/visi\\_paa\\_conab/pg\\_principal.php?p\\_ibge=15&url=quant\\_tc&nome\\_estado=>](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/visi_paa_conab/pg_principal.php?p_ibge=15&url=quant_tc&nome_estado=>)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA. **Adesão dos Municípios ao PAA**. 2016b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/compras-governamentais/programa-de-aquisicao-de-alimentos/sispaa-2013>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. 2016c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD. **Modalidades do PAA**. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da Agricultura Familiar e promoção da Segurança Alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 21 p., 2013.



CAMPOS, A.; BIANCHINI, V. A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de Estado. 2014, p.10-17. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. PAA: **10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. cap. 1.

CARVALHO, L. R. T; ROCHA, D. G. Programa de Aquisição de Alimentos: a lente bioética na segurança alimentar. **Revista Bioética**, v. 21, n. 2, p. 278-290, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a11v21n2.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Relatório sobre a execução do PAA no Território do Baixo Tocantins nos anos de 2010 a 2013**. Belém, 2014.

FUSCALDI, K. C. Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 48., 2010, Campo Grande – MS. **Anais...** Campo Grande-MS: SOBER, 2010. 18 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/139.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2017.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J., MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2017.

GRISA, C., SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo 2010 – **resultados preliminares**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_para.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_para.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2016.

LÍRIO, A.; ARÃO, C.; CORBIN, M.; RIBEIRO, N.; SANTOS, R. S. S.; BRILHO, S. C.; SANTANA, D.; LIMA, E.; PAULINO, G. Programa Mercado Institucional de Alimentos. In: COLÓQUIO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS, 1., 2015, Cametá-PA, 2015. **Anais...** Cametá-PA: CUBT / UFPA, 2015. 10 p.



MIELITZ, C. Dez Anos de PAA e a Constituição de Uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. PAA: **10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. cap. 4.

NOGUEIRA, A. C. N.; FIGUEIREDO, D. S.; FURTADO, D. C.; PEREIRA, E. C. S.; PEREIRA, J. A. G. **Diagnóstico rural de comunidades de agricultores familiares: o caso de Ajó, Cametá-Pará**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. (mimeo.).

PORTO, S. I.; SOARES, E. S.; SOARES, J. F.; CRUZ, K. C. M. S.; VIEGAS, G. L.; VIANA, C. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. 2014, p.34-57. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. PAA: **10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. cap. 3.

SILVA, G. P.; BARROS, O. F. **Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Região Tocantina – GEPECART**. Cametá-PA: UFPA / CUNTINS, 2011. (mimeo.).

SILVA JR., B. R. SANTOS, D. S.; OLIVEIRA, N. A.; SILVA, R. T. **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) da Comunidade Ponta Grande, Cametá, PA**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. (mimeo.).

TAKAGI, M; SANCHES, A.; GRAZIANO DA SILVA, J. Programa de Aquisição de Alimentos: Um embaixador do Brasil contra a fome. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. PAA: **10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. cap. 2.

